

CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP

Termo de Referência 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	929379-CAMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ - SP	RENAN VARGAS CAMPOS DE CASTRO	12/02/2026 14:22 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		06/202

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto

Contratação de empresa especializada para a **confecção, fornecimento e instalação de fachada institucional no prédio anexo da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé**, a ser instalada no prédio anexo da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, compreendendo estrutura em ACM, elementos visuais em letra caixa, sistema de iluminação e placa complementar em vidro, conforme especificações técnicas deste Termo de Referência.

1.2. Especificações Técnicas do Objeto

A contratação compreende:

1.2.1. Fachada principal

- Revestimento em **ACM (Aluminium Composite Material)** na cor **azul BIC**, espessura mínima de 3mm;
- Estrutura de sustentação em **Metalon 20x20mm**, galvanizado ou com tratamento anticorrosivo;
- Fixação com sistema adequado para área externa, resistente à intempéries;
- Instalação completa incluindo mão de obra, ferragens, suportes e acabamentos.

1.2.2. Letra Caixa – Identificação Institucional

- **Brasão do Município de Tremembé**

- Letra caixa;
- Dimensões aproximadas: 0,60m x 0,60m;
- Material resistente a intempéries;
- Acabamento compatível com uso externo.

- **Identificação Institucional**

- Letra caixa em PVC expandido com espessura mínima de 20mm;
- Texto: **CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ – ANEXO**
- Fixação segura e alinhamento técnico.
-
- Material resistente a intempéries;
- Acabamento compatível com uso externo.

1.2.3. Sistema de Iluminação

- Instalação de iluminação LED para destaque da fachada;
- Refletores RGB com potência mínima de **200W**, próprios para uso externo;
- Fiação elétrica embutida ou protegida de forma adequada;
- Atendimento às normas da ABNT e normas de segurança elétrica vigentes;
- Teste de funcionamento e entrega em perfeito estado operacional.

1.2.4. Placa Complementar em ACM para Aplicação sobre Vidro

- Placa confeccionada em ACM (Aluminium Composite Material), espessura mínima de 3mm;
- Cor azul BIC;
- Dimensões aproximadas de 2,60m x 1,95m;
- Aplicação destinada à fixação sobre superfície envidraçada existente;
- Fixação por meio de fita dupla face estrutural de alta resistência, própria para aplicação em vidro;
- Aplicação de adesivo em recorte com texto pré-definido pela Câmara Municipal;
- Instalação nivelada, alinhada e com acabamento técnico-profissional.

1.3. Natureza da Contratação

Trata-se de **compra, inclusive por encomenda, de bens permanentes**, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, consistindo na fabricação sob medida de fachada institucional personalizada, cuja instalação constitui etapa acessória e indispensável à plena fruição do bem.

A contratação não envolve obra ou modificação estrutural da edificação, limitando-se à fixação superficial do bem permanente confeccionado sob encomenda.

1.4. Não enquadramento como bem de luxo

O objeto não se enquadra como bem de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, pois visa exclusivamente à identificação institucional do prédio público, com finalidade administrativa e de interesse público.

1.5. Fornecimento da Arte Institucional

1.5.1. A arte gráfica, layout institucional, definição de cores, tipografia, disposição do brasão e texto oficial a serem utilizados na confecção da fachada e da placa complementar serão fornecidos integralmente pela Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé à empresa vencedora do certame.

1.5.2. A empresa contratada deverá utilizar exclusivamente o material gráfico fornecido pela Contratante, não podendo realizar alterações, adaptações ou modificações sem autorização formal e expressa da Câmara Municipal.

1.5.3. Eventuais ajustes técnicos necessários à adequação da arte às dimensões físicas do objeto deverão ser previamente submetidos à aprovação da Contratante, mediante apresentação de prova digital ou amostra virtual.

1.5.4. A responsabilidade pela fidelidade na reprodução da arte institucional será integralmente da Contratada, devendo ser observadas rigorosamente as cores, proporções, escalas e demais especificações fornecidas.

1.5.5. O fornecimento da arte institucional pela Câmara Municipal não gerará qualquer custo adicional à Administração, sendo vedada a cobrança de valores referentes à criação, desenvolvimento ou concepção de layout.

1.6. Da Classificação no Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT/CATSER)

1.6.1. Considerando a natureza específica do objeto desta contratação, consistente na confecção sob encomenda e instalação de fachada institucional personalizada, não foi possível identificar código específico que represente integralmente o conjunto das características técnicas descritas neste Termo de Referência no Catálogo de Materiais (CATMAT) ou no Catálogo de Serviços (CATSER) do sistema Compras.gov.br.

1.6.2. A eventual classificação a ser utilizada no sistema eletrônico terá caráter meramente operacional, não afastando a obrigatoriedade de observância integral das especificações técnicas, dimensões, materiais e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.6.3. Em caso de divergência entre a descrição constante no código eventualmente utilizado no sistema eletrônico e as disposições deste Termo de Referência, prevalecerão integralmente as especificações detalhadas neste documento.

1.6.4. Caberá às empresas interessadas analisar cuidadosamente todas as condições técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo vedada alegação futura de desconhecimento ou erro de classificação como justificativa para descumprimento contratual.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa Institucional

O prédio anexo da Câmara Municipal não possui identificação visual adequada, dificultando:

- A localização pelo cidadão;
- A identificação institucional;
- A padronização visual do Legislativo;
- A transparência e publicidade administrativa.

A aquisição da fachada institucional visa garantir:

- Identificação clara do prédio público;
- Valorização do patrimônio público;
- Padronização estética com a sede principal;
- Atendimento ao princípio da publicidade (art. 37 da CF).

2.2. Justificativa Técnica da Solução

Optou-se por fachada em ACM com elementos em letra caixa devido:

- Maior durabilidade;
- Resistência às intempéries;
- Baixa manutenção;
- Melhor custo-benefício no ciclo de vida do bem;
- Padronização visual com prédios públicos.

2.3. Justificativa do Quantitativo

O quantitativo decorre da necessidade de identificação de único prédio anexo, sendo vedado fracionamento do objeto, pois a fachada constitui solução única e indivisível.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Descrição Geral da Solução

A solução proposta consiste na **confeção sob encomenda, fornecimento e instalação de fachada institucional personalizada**, destinada à identificação visual do prédio anexo da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, compreendendo revestimento em ACM, estrutura de sustentação metálica, elementos visuais em letra caixa, sistema de iluminação em LED e placa complementar em ACM para aplicação sobre superfície envidraçada existente.

A contratação contempla a entrega de solução completa e integrada, apta ao uso imediato, em conformidade com as especificações técnicas deste Termo de Referência.

3.2. Ciclo de Vida do Objeto

Considerando tratar-se de bem permanente confeccionado sob medida, o ciclo de vida do objeto deverá observar:

a) Fase de Concepção e Adequação Técnica

- Recebimento da arte institucional fornecida pela Câmara Municipal;
- Adequação técnica da arte às dimensões físicas da fachada;
- Apresentação de prova digital ou layout técnico para validação prévia da Administração.

b) Fase de Confeção

- Fabricação do revestimento em ACM conforme dimensões e cor especificadas;
- Confeção da estrutura interna em Metalon 20x20mm com tratamento anticorrosivo;
- Produção do brasão da cidade em letra caixa;
- Produção da identificação institucional em letra caixa de PVC 20mm;
- Confeção da placa complementar em ACM nas dimensões indicadas;
- Preparação dos sistemas de iluminação LED e refletores RGB.

c) Fase de Instalação

- Transporte adequado até o local de instalação;

- Fixação da estrutura metálica sem modificação estrutural da edificação;
- Instalação da fachada e elementos visuais;
- Aplicação da placa complementar sobre vidro existente com fita estrutural adequada;
- Instalação elétrica dos refletores e sistema LED, com proteção adequada da fiação.

d) Fase de Teste e Entrega

- Testes operacionais do sistema de iluminação;
- Verificação de alinhamento, fixação e acabamento;
- Entrega formal mediante vistoria da fiscalização designada.

3.3. Especificação Funcional da Solução

A fachada deverá:

- Garantir identificação institucional clara e permanente;
- Possuir resistência adequada a intempéries (chuva, sol e variações térmicas);
- Manter estabilidade estrutural;
- Apresentar acabamento uniforme e alinhamento técnico-profissional;
- Possuir iluminação funcional e esteticamente adequada ao período noturno.

3.4. Durabilidade e Manutenção

O objeto deverá apresentar:

- Vida útil estimada superior a 5 (cinco) anos, considerando uso externo regular;
- Resistência à oxidação e descoloração;
- Baixa necessidade de manutenção corretiva;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, desprendimentos e falhas elétricas.

3.5. Diretrizes de Qualidade

A execução deverá observar:

- Conformidade integral com as especificações técnicas deste Termo de Referência;
- Uso de materiais novos, de primeiro uso;
- Acabamento sem imperfeições visíveis;

- Fixação segura e estável;
- Cumprimento rigoroso do prazo contratual.

3.6. Justificativa da Solução Adotada

A solução em ACM com estrutura metálica e elementos em letra caixa foi selecionada por apresentar:

- Melhor durabilidade em comparação a adesivação simples;
- Maior resistência mecânica;
- Melhor apresentação estética institucional;
- Custo-benefício adequado no ciclo de vida do bem;
- Padronização visual com edificações públicas.

3.7. Modelo de Contratação

O modelo adotado será o de **fornecimento integral**, compreendendo fabricação sob encomenda e instalação completa, vedado o parcelamento do objeto, por se tratar de solução única e indivisível.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Técnicos

4.1.1. A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica compatível com o objeto, comprovando experiência anterior na confecção e instalação de fachadas institucionais, comunicação visual ou serviços equivalentes.

4.1.2. Para fins de comprovação da qualificação técnica, poderá ser exigida a apresentação de:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de objeto compatível em características, quantidades e complexidade com o objeto desta contratação;
- b) Portfólio ou registro fotográfico de trabalhos similares já executados.

4.1.3. A contratada deverá utilizar materiais novos, de primeiro uso, observando rigorosamente as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência.

4.1.4. A instalação deverá ser realizada por profissionais qualificados, com observância das normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à fixação estrutural leve e segurança elétrica.

4.1.5. A contratada será integralmente responsável pela correta fixação dos elementos, devendo garantir estabilidade, alinhamento e acabamento adequado.

4.2. Da Garantia do Objeto

4.2.1. A contratada deverá fornecer garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

4.2.2. A garantia deverá abranger, no mínimo:

- a) Descolamento ou desprendimento da placa complementar;
- b) Desprendimento ou instabilidade da estrutura metálica;
- c) Defeitos de fabricação do ACM;
- d) Desbotamento prematuro decorrente de falha do material;
- e) Falhas elétricas nos refletores ou sistema de iluminação;
- f) Problemas decorrentes de vícios ocultos.

4.2.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar os reparos necessários no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após notificação formal, sem ônus para a Administração.

4.2.4. Caso a substituição de peças ou componentes seja necessária, deverão ser utilizados materiais novos, com padrões de qualidade iguais ou superiores aos originalmente instalados.

4.2.5. O custo referente a transporte, desmontagem, reinstalação ou quaisquer providências necessárias à correção de falhas será integralmente suportado pela contratada.

4.3. Sustentabilidade

4.3.1. Os materiais utilizados deverão possuir resistência adequada às condições climáticas locais, tais como exposição solar, umidade e variações térmicas, garantindo maior durabilidade e reduzindo a necessidade de substituições frequentes.

4.3.2. A estrutura metálica deverá possuir tratamento anticorrosivo apropriado, visando prolongar sua vida útil.

4.3.3. A iluminação LED deverá ser energeticamente eficiente, contribuindo para redução do consumo de energia elétrica.

4.3.4. Sempre que possível, deverão ser adotadas práticas que minimizem geração de resíduos durante a instalação.

4.4. Subcontratação

4.4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, desde que não comprometa a execução contratual.

4.4.2. Permanecerá integral a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive quanto aos serviços eventualmente subcontratados.

4.4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica que possua vínculo com agente público envolvido na contratação, nos termos da legislação vigente.

4.5. Segurança e Normas Técnicas

4.5.1. A contratada deverá observar as normas de segurança do trabalho, utilizando equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados.

4.5.2. A instalação elétrica deverá observar as normas técnicas vigentes, garantindo segurança operacional e integridade da edificação.

4.5.3. Eventuais danos causados à edificação durante a instalação deverão ser reparados pela contratada, sem ônus à Administração.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. A Contratada executará o objeto deste Termo de Referência, conforme especificações técnicas apresentadas neste documento, em uma única entrega, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, após a aprovação das amostras e a assinatura do contrato.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço: Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, Rua Bom Jesus, 145, Centro, Tremembé - SP, CEP 12120-029.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os itens fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nomeando neste ato, o Chefe de Gabinete, Sr. Messias do Nascimento Lima Sobrinho (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Penalidades

6.6. O descumprimento contratual sujeitará a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, podendo incluir:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 60 (sessenta) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 7.10.1. o prazo de validade;
 - 7.10.2. a data da emissão;
 - 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.10.5. o valor a pagar; e
 - 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, podendo ser realizada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à entrega da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.13. A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.14. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento poderá ser feito através de transferência bancária, Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, ou boleto bancário.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, combinado com a Lei Municipal nº 5.744/2023, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. O interessado deverá apresentar a seguinte documentação:

8.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.3.2. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais;

8.3.3. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Estaduais;

8.3.4. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Municipais;

8.3.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

8.3.6. Regularidade com o FGTS;

8.3.7. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos TCU;

8.3.8. Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa de Pedidos de Falência, concordata, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais;

8.3.9. Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;

8.3.10. Declaração Unificada, que será disponibilizada pelo Órgão;

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 1,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxx).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação serão atendidas por dotação a ser indicada oportunamente pelo setor contábil.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO ROBERTO DOS SANTOS JUNIOR

Autoridade competente

RENAN VARGAS CAMPOS DE CASTRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 14:22:13.

